

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 185, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.**

*“Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos à empresa BRC X Empreendimentos Imobiliários Ltda., nos termos da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências”.*

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º** . Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos fiscais, nos termos da Lei Municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, à empresa BRC X Empreendimentos Imobiliários Ltda., CNPJ nº. 08.419.026/0001-80.

**Parágrafo único.** O incentivo fiscal deferido nesta lei versa a respeito da isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, pelo período de 05(cinco) anos, com possibilidade de prorrogação até 10(dez) anos.

**Art. 2º.** A isenção de que trata o art. 1º. desta lei incidirá sobre a área objeto da matrícula do Registro de Imóveis de Guaíba nº. 55.491, registrada no Livro nº. 02 do Registro Geral, bem como sobre suas benfeitorias, possuindo as seguintes medidas e confrontações:

“Uma fração de terras com a área de **69.329,54m²** (sessenta e nove mil, trezentos e vinte e nove metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), situado atualmente no Bairro Industrial, onde não há quarteirão definido, zona urbana do Município de Eldorado do Sul/RS com as seguintes medidas e confrontações, ao LESTE-LES-SUDESTE, por 58,01m (cinquenta e oito metros e um centímetro), com a faixa de domínio da rodovia BR-116/290, ao OESTE, por 227,91m (duzentos e vinte e sete metros e noventa e um centímetros), com a Rua Projetada; ao

SUL-SU-SUDESTE, partindo ao OESTE em direção ao NORDESTE, por 251,75m (duzentos e cinquenta e um metros e setenta e cinco centímetros), com a Rua Projetada e 146,96m (cento e quarenta e seis metros e noventa e seis centímetros), com a área ora doada ao Município de Eldorado do Sul/RS, e ao NORTE, partindo do OESTE em direção ao LESTE por 120,70m (cento e vinte metros e setenta centímetros) com a área que é ou foi de Finança S/A Participações e Empreendimentos, 137,16m (cento e trinta e sete metros e dezesseis centímetros), com a área que foi ou é de Beldorado Impressora Ltda., defletindo ao SUL, por 84,21m (oitenta e quatro metros e vinte e um centímetros), defletindo ao LESTE, por 20,00m (vinte metros), defletindo ao LESTE-LES-SUDESTE por 160,50m (cento e sessenta metros e cinquenta centímetros), sempre com a área que foi ou é de Alvaro Franskowiaski Heller.”.

**Parágrafo único.** A área descrita na cabeça deste artigo, atualmente, está locada para a empresa Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.808.708/0001-07.

**Art. 3º.** A isenção de IPTU de que trata esta lei será mantida pelo período de 05(cinco) anos, com possibilidade de prorrogação até 10(dez) anos, desde que atendidos os seguintes requisitos, de forma concomitante:

**I-** Enquanto for mantido o contrato de locação que a empresa beneficiária possui com a empresa AMBEV, sediada neste Município;

**II-** Durante o período de permanência da atividade econômica da empresa locatária AMBEV, neste Município, devendo ser gerado retorno financeiro ao ente público.

**Parágrafo único.** Se um dos requisitos acima cessar fica cancelado, automaticamente, o incentivo fiscal concedido nesta lei, desde a data em que este fato ocorreu.

**Art. 4º.** Comprovada a má fé na utilização dos incentivos concedidos nesta Lei, o Poder Público exigirá a imediata reposição do montante concedido a título de incentivo fiscal, acrescido de multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o total, sem prejuízo de outras penalidades legais cabíveis.

**Art. 5º.** Em caso de alteração no ato constitutivo da empresa beneficiária, cabe a esta fornecer ao Município cópia autenticada da alteração, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, para posterior edição de aditivo ao Termo de Concessão de Incentivos Fiscais e Econômicos.

**Art. 6º.** A empresa beneficiária, para manutenção dos incentivos previstos nesta lei, deve manter a regularidade fiscal, econômica e cadastral, em perfeitas condições, devendo apresentar as certidões e documentos contábeis que forem requisitados, cabendo a análise destes à Secretaria da Fazenda e à Procuradoria Jurídica do Município.

**Art. 7º.** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Eldorado do Sul, 16 de dezembro de 2011.

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES.**  
**Prefeito Municipal.**

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**SIGRID PESENATTO.**  
**Secretária da Administração.**

**Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal nº. 185, de 16 de dezembro de 2011, que *“Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos à empresa BRC X Empreendimentos Imobiliários Ltda., nos termos da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências”*.

O presente projeto de lei visa buscar autorização legislativa para conceder incentivos fiscais a empresa privada, nos moldes da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, visando garantir a manutenção do incremento de receita no Município e consequente melhoria na qualidade de vida dos cidadãos do Município.

A empresa beneficiária demonstrou regularidade perante os fiscos municipal, estadual e federal, bem como frente ao INSS e Fundo de Garantia, mostrando-se idônea e confiável, atendendo o que determina a lei municipal nº. 1.985, de 2.005, devidamente demonstrado através do Processo Administrativo nº.92.539.

Cumprе esclarecer que o imóvel que será objeto da isenção do IPTU tratado neste projeto de lei, constante da matrícula do registro de imóveis de Guafba nº. 55.491, atualmente, está locado para a empresa AMBEV, empresa esta que desenvolve atividades comerciais neste Município, trazendo retorno na quota parte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS ao Município. A isenção de que trata esta lei será concedida, também, sobre as benfeitorias existentes na área ora referida.

A locatária AMBEV, no desenvolver de suas operações econômicas, como comércio atacadista de bebidas, representa 29,59% do valor adicionado fiscal do Município, ou seja, representa cerca de 30% da atividade comercial do Município, sendo a primeira no *ranking* de representatividade relativo ao valor adicionado fiscal.

A representatividade acima mencionada gera um retorno anual estimado em R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) ao Município, através da quota parte do índice de ICMS devido.

Não bastassem os números acima, existem, também, operações secundárias às atividades comerciais desenvolvidas pela empresa locatária. Estas operações secundárias dizem respeito a prestação de serviços, por terceiros, à AMBEV que, juntas, geram, aproximadamente, R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), por ano, na retenção e posterior recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN ao erário municipal.

Pelos números e razões acima, este Poder Executivo entende possível a concessão dos incentivos pretendidos pela empresa BRC X Empreendimentos Imobiliários Ltda., uma vez que os valores que seriam arrecadados, pela empresa beneficiária, com o IPTU em questão, segundo estudo realizado pela Secretaria de Fazenda municipal, serão plenamente alcançados pelo recolhimento de tributos gerados pela empresa locatária AMBEV.

Nota-se uma retomada do crescimento, devido as ações tomadas nesta gestão administrativa. É mister continuarmos perseguindo o aumento da receita municipal, tendo em vista a necessidade de investimentos em todas as áreas da administração pública, visando o progresso e crescimento do Município de Eldorado do Sul.

A instalação, ou mesmo ações que visem garantir a manutenção das empresas já instaladas no Município, através de projetos como este, têm proporcionado o incremento, de forma significativa, das receitas municipais, como taxas, impostos diretos e repasses estaduais e federais, impulsionando o desenvolvimento econômico, aumentando os postos de trabalho e proporcionando recursos para investimentos na melhoria da infraestrutura local, gerando melhoria na qualidade de vida dos munícipes.

Neste contexto, uma vez que o incentivo proposto neste projeto de lei está previsto na lei municipal nº. 1.985, de 2005 e não há infringência ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo em seu artigo 14, uma vez que foi realizado estudo de impacto orçamentário e financeiro, pela Secretaria da Fazenda do Município, entendemos ser este projeto de lei meio adequado, legal e eficiente, destinado a atrair novas empresas ao Município, com o conseqüente aumento de arrecadação.

Contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, encaminhados o presente projeto de lei para análise a aprovação.

Atenciosamente.

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES.**  
**Prefeito Municipal.**